

---

# Síntese do Diagnóstico

## Anexo ao Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Algarve 2022-2027

---

Revisto Fevereiro 2022

## Índice

Introdução .....	3
1. Desafios demográficos .....	4
2. Coesão social e territorial .....	8
3. Qualificação de pessoas, organizações e territórios .....	12
4. Riscos sociais e ambientais.....	17
5. Cidadania e Igualdade.....	24

## INTRODUÇÃO

---

A síntese de diagnóstico que fundamenta o Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Algarve 2022-2027 (PDSSA 2022-2027), da responsabilidade do CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social, que aqui se apresenta, tem como base de trabalho o documento *Diagnóstico Social da Região Algarve*, produzido pelo Grupo Operativo que integrou, para além da CIM/AMAL, o Instituto de Segurança Social, I.P., o Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P., a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares / Direção de Serviços da Região Algarve e a Administração Regional de Saúde do Algarve, bem como elementos dos dezasseis municípios da Região.

A informação constante naquele documento foi sendo usada para promover uma discussão participada, envolvendo diferentes parceiros e entidades locais, de modo a serem estabelecidas prioridades para a intervenção no contexto do PDSSA 2022-2027. Com esse objetivo foi dinamizada pelo CESIS uma reunião presencial<sup>1</sup> e três reuniões *online*<sup>2</sup> pois a situação de saúde pública, numa primeira fase impediu e mais tarde inibiu, a realização de sessões presenciais.

Nas reuniões realizadas foram discutidos vários temas: Envelhecimento; Habitação; Precariedades no emprego; Igualdade e não discriminação; Vulnerabilidades e risco na infância; Saúde e respostas sociais para grupos vulneráveis. Estas discussões deram lugar a sínteses validadas pelas entidades participantes que, posteriormente a cada sessão, tiveram oportunidade de enviar sugestões e contributos que foram considerados. A reflexão produzida com esta metodologia partiu, como se referiu anteriormente, da informação estatística constante no documento *Diagnóstico Social da Região Algarve* mas foi introduzindo dimensões de natureza qualitativa que se revelaram essenciais para a definição das áreas que estruturam esta síntese de diagnóstico e que irão definir também os eixos estratégicos do PDSSA 2022-2027.

---

<sup>1</sup> Reunião realizada a 10 de março de 2020.

<sup>2</sup> As reuniões *online* tiveram lugar a 13 de maio e 24 de julho de 2020 e 21 de janeiro de 2021.

## 1. DESAFIOS DEMOGRÁFICOS

---

Tal como se refere no *Diagnóstico Social da Região Algarve*, verifica-se que a região apresenta um crescimento populacional desde os anos 80 mas esse processo foi interrompido em 2011. De acordo com as estimativas anuais da população residente a tendência para o decréscimo populacional manteve-se nos anos mais recentes. No entanto, os dados do Censo de 2021 revelam uma nova inversão de tal tendência, dando conta de um crescimento de +3,7% na população residente na Região. Ou seja, de acordo com os resultados preliminares do Censo 2021, a população residente no Algarve neste ano é de 467 495 pessoas (226 628 homens e 240 867 mulheres).<sup>3</sup>

Este crescimento não é, porém, homogéneo havendo concelhos que perdem população - Alcoutim (-13,6%); Monchique (-9,6%); Castro Marim (-4,6%); Olhão e Vila Real de Sto. António (-1,7%) – e outros com crescimento acima da média da região – Vila do Bispo (+8,8%); Lagos (7,9%); Portimão (7,7%); Albufeira (+8,2%); S. Brás de Alportel (+5,7%) e Tavira (+5,2%).

Os dados disponíveis revelam que, ainda também com diferenças entre concelhos, o Algarve manifesta, nos últimos anos, saldos migratórios positivos (+ 221 em 2018; + 643 em 2020) acompanhando as tendências gerais do País. No entanto, o contributo do saldo migratório para a variação populacional não é tão elevado como noutras regiões. Com efeito, esse contributo na Região Algarve é de 37,3% em 2020, sendo de 74,3% na Área Metropolitana de Lisboa e de 64,7% e 52,1% na Região Centro e na Região Norte, respetivamente.<sup>4</sup>

Outra dimensão incontornável das dinâmicas demográficas em Portugal, e concretamente na Região Algarve, é o envelhecimento da população, devido não só a uma diminuição estrutural da natalidade mas também ao aumento da esperança de vida. A este nível, importa enunciar algumas questões associadas ao atual processo do envelhecimento que devem ser tidas em conta na definição de medidas de política:

---

<sup>3</sup> Censo 2021 – Resultados preliminares. Disponível em: [INE - Plataforma de divulgação dos Censos 2021 – Resultados Preliminares](#).

<sup>4</sup> Pordata.

- O envelhecimento enquanto processo progressivamente feminizado (tal como no país, em geral).
- A diversidade cultural que atravessa o fenómeno do envelhecimento, em particular no Algarve, e que se expressa pela presença de grupos de uma população estrangeira envelhecida que começa a procurar os serviços de apoio social. Por outro lado, nas próximas gerações de pessoas idosas começarão a surgir outras diversidades que decorrem de alterações legislativas, por um lado, e por outro da emergência de novos modos de vida (a título de exemplo, o surgimento de casais do mesmo sexo).
- O aumento dos níveis de escolaridade da população mais velha que terá necessariamente repercussões ao nível das exigências de qualidade dos serviços prestados pelas organizações de apoio a pessoas idosas, no tipo de serviços e atividades desenvolvidas.
- A emigração e, de um modo geral, as alterações ao nível das estruturas familiares fazem aumentar o sentimento de solidão, ao mesmo tempo que dão origem a um aumento efetivo do número de pessoas mais velhas que vivem sós, sem retaguarda familiar.
- A distribuição assimétrica da população pelo território da região, a “fratura” rural/urbano, faz com que a desertificação progressiva de certos territórios esteja associada a um envelhecimento demográfico agravando-se o isolamento geográfico e social de uma camada da população mais idosa. No entanto, importa não ignorar que essa distribuição assimétrica, que resulta de uma forte concentração populacional no litoral, faz com que seja, também aí, que resida o maior número de pessoas idosas, muitas das quais vivem sozinhas sem retaguarda familiar, nomeadamente devido à emigração dos seus descendentes.
- O processo de envelhecimento da população não é alheio a um aumento das situações demenciais e de dependência exigindo competências específicas por parte das pessoas cuidadoras (formais e informais).

O alargamento do topo da pirâmide demográfica do Algarve é acompanhado por um estreitamento da importância de grupos jovens em idade ativa (entre 2011 e 2020 regista-se, na região, um decréscimo de 23% no número de residentes com idades entre os 20 e os 34 anos). Tal facto é revelador das dificuldades da região na atração e fixação desta camada populacional indispensável não só ao equilíbrio demográfico como à dinamização da economia.

Como já foi referido, o perfil sociodemográfico de uma população não é alheio às dinâmicas demográficas decorrentes dos fluxos de imigração. Na região Algarve fatores como a escassez de mão-de-obra em certos setores (nomeadamente construção civil, hotelaria e restauração) foram determinantes, em alguns períodos, para a atração e fixação de uma população estrangeira na região. Por outro lado, o clima, as condições de segurança e a beleza natural da região, terão favorecido a instalação de outros grupos de pessoas estrangeiras que não migrantes por razões económicas.

Ao longo dos anos, verificam-se alterações nas origens dos fluxos e nos perfis migratórios mas a imigração permanece como uma importante dimensão das dinâmicas populacionais do Algarve. Em 2018, a população estrangeira com estatuto legal de residência representava 17,7% do total da população e, em 2020, 23,6%. Estas percentagens são muito elevadas quando comparadas com o verificado a nível nacional (4,7% em 2018 e 6,4% em 2020<sup>5</sup>). Acresce que esta é uma imigração caracterizada por uma grande diversidade, não apenas no que diz respeito às nacionalidades de origem (mais de 150) mas também no que concerne aos motivos para a imigração, características pessoais e perspetivas face ao futuro.

Importa ainda ressaltar a forte presença de população estrangeira entre a população com emprego na região: “Em 2018, o número de estrangeiros empregados ascendia a 44.910 (...). O emprego estrangeiro concentrava-se nas atividades de alojamento, restauração e similares (28,5%), seguindo-se as atividades administrativas e dos serviços de apoio (14,9%), a construção (12,0%) e a agricultura (8,8%), todas elas de carácter sazonal e com baixos salários e por isso com maior propensão para a desproteção social desta população” (*Plano de Desenvolvimento Social do Algarve 2020-2024 – Diagnóstico*, p.69).

De notar que, em tempos de crise económica e social como a gerada pela pandemia de COVID-19, as pessoas imigrantes são, devido aos setores de atividade em que maioritariamente se integram, e pela precarização que genericamente caracteriza a sua integração no mercado de trabalho, particularmente atingidas. Tomando como indicador o desemprego, em dezembro de 2018, 20% do desemprego registado dizia respeito a população estrangeira (*Plano de Desenvolvimento Social do Algarve 2020-2024 – Diagnóstico*, p. 121). Esta percentagem sobe para 27,8% em dezembro de 2020.

---

<sup>5</sup> Pordata.

As cinco nacionalidades mais presentes entre as pessoas com desemprego registado são: brasileira (3 140 pessoas), ucraniana (858 pessoas), indiana (787 pessoas), nepalesa (644 pessoas) e romena (485 pessoas).<sup>6</sup>

Por outro lado, as dificuldades ao nível do emprego tenderão a agravar outros aspetos das condições de vida da população imigrante, nomeadamente no que diz respeito à habitação onde já se evidenciavam problemas de sobreocupação e de alojamentos em espaços com funções não habitacionais (garagens, contentores, barracões e outros).

---

<sup>6</sup> Cálculos a partir de informação cedida pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. / Delegação Algarve.

## 2. COESÃO SOCIAL E TERRITORIAL

---

A região do Algarve caracteriza-se, entre outros aspetos, por fortes assimetrias na distribuição da população dando origem a um litoral com elevada concentração populacional e maior juventude da população residente e a um interior tendencialmente desertificado e envelhecido com uma população dispersa. A multiplicação de pequenos lugares isolados coloca dificuldades acrescidas à mobilidade, ao acesso ao emprego e a equipamentos e serviços pelo que assume particular importância a qualidade de uma rede pública interurbana de transporte regular de passageiros onde se incluem as iniciativas de mobilidade “Porta a Porta” em curso no interior da região.

No âmbito da mobilidade será, também, de sublinhar o trabalho que a AMAL tem estado a desenvolver para a melhoria dos transportes públicos na região. Recorde-se que a implementação da Rede VAMUS – Transportes do Algarve, cuja concessão iniciou a 1 de dezembro de 2021, traz à região uma oferta mais vasta, com novas linhas regulares, um novo serviço de transporte a pedido – em locais com mais de 40 habitantes sem paragem a 800 metros – e um novo Serviço de Aerobus, que permitirá ligações directas ou semi-directas entre alguns concelhos do Algarve e o aeroporto de Faro. A lista de novidades inclui, ainda, uma nova imagem corporativa, a renovação da frota (com melhoria ao nível das emissões de Gases de Efeito de Estufa) e de acessibilidades), bilhética móvel, transporte gratuito de bicicletas em algumas linhas, wi-fi a bordo, e um mínimo de acessibilidade a cadeiras de rodas na frota a utilizar. Refira-se que este modelo, e tendo em conta o curto prazo em que o concurso teve de ser lançado, não permitiu estruturar, de raiz, uma nova rede de transportes para a região, nem trará, nesta fase inicial, as melhorias estruturais que, numa primeira análise, foram consideradas necessárias. No entanto, foi possível fazer alguns ajustes e alcançar algumas vitórias, trazendo para este novo serviço de transportes benefícios (como os acima referidos) considerados muito importantes.

Mas numa sociedade que se pretende coesa, as questões de acessibilidade não dizem respeito unicamente à colmatação dos problemas decorrentes da dispersão geográfica e das lacunas da rede transportes públicos, elas dizem também respeito à capacidade de essa mesma sociedade remover os obstáculos que se colocam a pessoas com deficiência no acesso ao espaço público e privado enquanto mecanismo fundamental para a inclusão e

não-discriminação das pessoas com deficiência, no espírito da Convenção sobre as Pessoas com Deficiência.

Por outro lado, o Algarve é, ainda, uma região atravessada por outras desigualdades, nomeadamente, na distribuição do rendimento, sendo que concelhos como Lagoa e Tavira sobressaem como aqueles onde 10% dos agregados com maiores recursos possuem mais de 9 vezes o valor dos rendimentos dos 10% dos agregados de menores recursos. Em relação ao contexto nacional, em 2020, o Algarve está acima da média nacional e com a mais elevada taxa das regiões do continente na privação material severa (6,5%) e a segunda no risco de pobreza após transferências sociais (17,6%).<sup>7</sup>

Note-se que estas desigualdades podem ter sido agravadas pelo confinamento e pela pandemia, em geral. Num destaque da OCDE pode ler-se que “durante o confinamento era 50% mais provável que, em média, os trabalhadores com rendimentos superiores trabalhassem a partir de casa do que os trabalhadores com salários mais baixos. Ao mesmo tempo, a probabilidade de os trabalhadores com baixos rendimentos deixarem completamente de trabalhar era o dobro dos seus pares com rendimentos superiores.”<sup>8</sup>

O aumento das fragilidades económicas de um setor da população, devido à crise pandémica, e conseqüentemente o agravar das desigualdades sociais, é também visível no aumento de processos de Rendimento Social de Inserção (RSI). Assim, durante o ano de 2020, o número de famílias com RSI na região Algarve passou de 2 499 para 3 938 (+57,6%). Por sua vez, o número de pessoas beneficiárias aumentou 33,6% (de 5 461 para 7 296).<sup>9</sup> Já em relação a agosto de 2021 as Estatísticas da Segurança Social dão conta de 3 753 famílias e 7 755 pessoas como beneficiárias da medida, sendo que o mês de maio foi o mês com maior número de pessoas (8 182) e de famílias apoiadas (4 008).<sup>10</sup>

<sup>7</sup> Dados provisórios disponíveis em: INE, [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=415625695&DESTAQUE\\_Smodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=415625695&DESTAQUE_Smodo=2).

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.oecd.org/coronavirus/pt/#highlights>.

<sup>9</sup> Informação cedida pelo Instituto da Segurança Social, I.P. / Centro Distrital de Segurança Social de Faro.

<sup>10</sup> Estatísticas da Segurança Social disponíveis em: [Rendimento Social de Inserção - Estatísticas - seg-social.pt](https://www.inec.pt/estatisticas/seg-social).

Numa região como o Algarve, o turismo tem exercido, ao longo dos anos, uma forte pressão sobre diversas características da região sendo o mercado de habitação uma delas. A centralidade que o turismo tem conhecido não será, certamente, alheia ao facto de esta ser a “região do país mais cara para comprar casa, com um valor mediano das vendas por m<sup>2</sup> de 1.606€ (valor nacional 1.031€) no 2º trimestre de 2019” (*Plano de Desenvolvimento Social do Algarve 2020-2024 – Diagnóstico*, p. 136). Uma vez mais, o Algarve revela grandes assimetrias nos preços de compra de habitação que variam entre 574€/m<sup>2</sup> em Monchique e 2.018€/m<sup>2</sup> em Loulé (na freguesia de Almancil, as casas alcançam um valor mediano de vendas de 2.730€/m<sup>2</sup>). Já o mercado de arrendamento se apresenta com preços especialmente elevados nos concelhos de Castro Marim (6,69€/m<sup>2</sup>), Loulé e Albufeira (6,67€/m<sup>2</sup>).

Mesmo com a pandemia, os preços praticados na venda de alojamentos familiares não sofreram grandes alterações. Com efeito, o Algarve mantém-se, no 1º trimestre de 2021, a região onde é mais elevado o valor mediano da venda de alojamentos familiares existentes (1 755€/ m<sup>2</sup>).<sup>11</sup> No entanto, ao longo da crise pandémica, o comportamento dos preços não é uniforme. Entre o 3º e o 4º trimestre de 2020 regista-se um aumento nos valores de venda (de 1 653€/ m<sup>2</sup> para 1 809€/ m<sup>2</sup>, respetivamente); no 1º trimestre de 2021 o valor mediano da venda de alojamentos familiares existentes desce para o montante anteriormente referido (1 755€/ m<sup>2</sup>) mas, ainda assim, isto significa uma taxa de variação homóloga de +4,3% que é superior à verificada no país (3,1%).

Ora, os preços praticados, tanto ao nível da venda como do arrendamento, colocam sérias dificuldades no acesso a uma habitação digna por parte de famílias de rendimentos baixos e até mesmo de rendimentos médios.

Famílias de baixos recursos enfrentam ainda uma quase ausência de respostas por parte da habitação social promovida pelas câmaras municipais que, na sequência da crise financeira e económica e das respetivas restrições ao investimento por parte das autarquias, foram obrigadas a não prosseguir no aprofundamento desta sua vertente de atuação. O Programa 1.º Direito – Programa de Apoio ao Direito à Habitação, enquadrado numa “Nova Geração de Políticas de Habitação”, constitui-se como uma oportunidade para a promoção de novas

---

<sup>11</sup> Dados disponíveis em: INE, *Estatísticas de Preços da Habitação ao nível local*, [Portal do INE](#).

soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada. Entre estas populações estarão pessoas de etnia cigana; pessoas em situação de sem abrigo; população imigrante que tende a alojar-se em condições de grande sobreocupação numa precariedade frequentemente oculta (alojamento em garagens, contentores, barracões); estarão, em geral, pessoas de baixos rendimentos que, mesmo trabalhando, não auferem rendimentos que as posicionem acima do limiar de pobreza.

A habitação encontra-se intrinsecamente ligada a questões como a reabilitação, revitalização e competitividade das cidades, concorrendo para a coesão social e territorial. As dificuldades de acesso a uma habitação compatível com os rendimentos disponíveis pode ainda ser fator para a existência de limites na contratação e de fixação de mão-de-obra em alguns setores da atividade económica (ex: educação; saúde; proteção social; investigação) e significam obstáculos acrescidos para quem está num processo de autonomização e/ou de (re)inserção social como sejam: ex-reclusos; jovens saídos dos lares de infância e juventude; pessoas após tratamento nas comunidades terapêuticas; pessoas vítimas de violência doméstica, conduzindo, em alguns casos, a potenciais situações de sem-abrigo.

### 3. QUALIFICAÇÃO DE PESSOAS, ORGANIZAÇÕES E TERRITÓRIOS

A economia do Algarve tem estado fortemente dependente da atividade turística com a consequente concentração de população empregada no setor terciário e, em particular, nas atividades de Alojamento e Restauração. Tal aposta proporcionou, durante um tempo, taxas de emprego elevadas mas, em tempos de pandemia, esta pode ser uma aposta que agrava a crise do emprego. Como revela um relatório da OCDE alguns dos maiores destinos turísticos da Europa, como é o caso do Algarve, podem perder 40% ou mais dos empregos (OECD, *Employment Outlook 2020. Worker Security and the COVID-19 crisis*).<sup>12</sup>

Com efeito, entre dezembro de 2019 e dezembro de 2020, o desemprego registado na região passou de 19 479 pessoas para 31 313, o que significa um aumento de 60,8%. No continente o aumento do desemprego registado, no mesmo período, foi de 30,1%.<sup>13</sup> Mas é em janeiro de 2021 que as estatísticas do Instituto de Emprego e Formação Profissional registam o maior volume de desemprego registado no Algarve: 33 571 pessoas das quais 18 445 (54,9%) são do sexo feminino.<sup>14</sup> A partir de janeiro 2021, porém, há que salientar a diminuição do volume do desemprego registado, sendo que, em agosto 2021, o número de pessoas desempregadas inscritas nos Centros de Emprego da região era de 16 366 (7 385 homens e 8 981 mulheres). Os concelhos com maior volume de desemprego registado são: Portimão, Loulé, Faro e Albufeira.

A crise pandémica introduziu também algumas alterações no perfil das pessoas desempregadas. Assim, aumentou a percentagem de pessoas inscritas sem qualquer nível de instrução (7,2% em dezembro de 2018; 9,5% em dezembro de 2020; 12,2% em agosto de 2021) e aumentou também a percentagem de pessoas com o ensino superior (7,5% em dezembro de 2018; 7,5% em dezembro de 2020; 10% em agosto de 2021).

Com o aumento do desemprego aumenta também a percentagem de pessoas cobertas por subsídio de desemprego (incluindo subsídio social de desemprego).

<sup>12</sup> Disponível em: [https://www.oecd-ilibrary.org/sites/1686c758-en/1/3/1/index.html?itemId=/content/publication/1686c758-en&csp\\_fc80786ea6a3a7b4628d3f05b1e2e5d7&itemIGO=oecd&itemContentType=book](https://www.oecd-ilibrary.org/sites/1686c758-en/1/3/1/index.html?itemId=/content/publication/1686c758-en&csp_fc80786ea6a3a7b4628d3f05b1e2e5d7&itemIGO=oecd&itemContentType=book).

<sup>13</sup> Informação disponível em: <https://www.pordata.pt/Municipios/Desempregados+inscritos+nos+centros+de+emprego+e+de+forma+c3a7%c3a3o+profissional-220>.

<sup>14</sup> Disponível em: [Estatísticas - IEFP, I.P.](#)

Em dezembro de 2020 o número de pessoas beneficiárias com processamento de subsídio de desemprego é de 20 520, o que corresponde a 84,6% do desemprego registado (em janeiro do mesmo ano essa percentagem era de 74%).<sup>15</sup>

Importa salientar que, independentemente da crise pandémica e das suas consequências na economia, o emprego até então criado na região manifestava algumas fragilidades e condições de precariedade: sub-representação das profissões qualificadas ou de nível intermédio; remunerações tendencialmente mais baixas do que as médias do país; sazonalidade e fragilidade dos vínculos contratuais, o que significa menor proteção em caso de perda de emprego. No Algarve, em 2017, 50,1% das pessoas trabalhadoras por conta de outrem tinham contrato de trabalho a prazo/termo certo. Esta percentagem mantém-se relativamente estável em 2019 (50,6%) mas apresenta-se mais elevada do que a do Continente (31% em 2017; 32,4% em 2019).

Acresce, ainda, que a população ativa, quando comparada com a do país, revela níveis mais baixos de escolarização.

Com efeito, mesmo nas gerações mais novas, parece existir uma desvalorização das aprendizagens feitas na escola o que se manifesta num desinvestimento nos percursos escolares. A facilidade, até agora existente, de encontrar emprego, ainda que precário, terá facilitado uma integração precoce no mercado de trabalho em detrimento de um percurso escolar mais longo. No entanto, a atual crise pode alterar esta situação já que a população mais jovem tem sido a camada mais atingida pelo desemprego gerado na sequência da pandemia. Num relatório da Organização Internacional do Trabalho refere-se que, em Portugal, a percentagem de jovens (menos de 25 anos) inscrita nos Centros de Emprego do Instituto de Emprego e Formação Profissional era de 18,9% em março de 2020 passando para 30,2% em abril do mesmo ano (OIT, junho 2020, *Portugal: Uma análise rápida do impacto da COVID-19 na economia e no mercado de trabalho*).<sup>16</sup>

<sup>15</sup> Cálculos a partir de informação cedida pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. / Delegação Algarve e pelo Instituto da Segurança Social, I.P. / Centro Distrital de Segurança Social de Faro.

<sup>16</sup> Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms\\_754606.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_754606.pdf).

Dados da região revelam que entre dezembro de 2018 e dezembro de 2020 o desemprego registado de pessoas com idades inferiores a 25 anos aumentou 73,8%.<sup>17</sup>

Apesar das evoluções positivas registadas, o Algarve continuava a apresentar, no ano letivo 2019-2020, taxas de não transição mais elevadas do que as registadas a nível nacional no 1º, 2º e 3º ciclo do Ensino Básico (12,1%; 3,7% e 43%, respetivamente). Acresce que desde 2015 que a região tem a mais alta taxa de abandono precoce de educação e formação entre os jovens dos 18-24 anos (20,1%, em 2018; 19,9% em 2019 sendo que a meta europeia é de no máximo 10%). A atual crise de saúde pública pode vir, também a este nível, a agravar esta situação. As novas exigências que se colocam às famílias, no que diz respeito ao acompanhamento escolar das crianças e à disponibilidade dos meios que permitem o acesso às redes sociais / plataformas educativas, podem aumentar os níveis de insucesso escolar em crianças de famílias com maiores vulnerabilidades económicas e sociais. Na medida em que o insucesso é um preditor do abandono escolar os números que expressam este fenómeno podem também aumentar.

Neste contexto em que a escola se revela pouco interessante aos olhos dos mais jovens, a via de ensino profissionalizante poderá desempenhar um papel ainda mais importante na formação/qualificação da população juvenil. No entanto, esta não tem demonstrado grande capacidade de atração de públicos nem de afirmação de setores da economia para além do turismo. Com efeito, tem-se verificado uma diminuição do número de participantes em ações de qualificação inicial de jovens (1.224 em 2011; 762 em 2018). Por outro lado, os Cursos de Aprendizagem de nível secundário têm igualmente visto um decréscimo de inscritos (570 em 2011; 211 em 2018) e os Cursos de Especialização Tecnológica (CET), que conferem qualificação de nível 5 do Quadro Nacional de Profissões, têm um número de inscrições residual.

Na região, a economia social tem um peso importante. As designadas “atividades de saúde humana e apoio social” empregavam, em 2018, no Algarve cerca de 15.000 indivíduos (6,4% do emprego remunerado). Quanto a respostas sociais desenvolvidas na região em parceria com o Estado, no âmbito da rede solidária (com acordo de cooperação) e da rede lucrativa (com licença de funcionamento), em maio de 2019, registavam-se 572 respostas dirigidas a crianças, jovens, adultos e idosos, abrangendo cerca de 26 500 utentes.

---

<sup>17</sup> Informação cedida pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. / Delegação Algarve.

Estas respostas sociais empregavam 14 302 pessoas, das quais 647 de nacionalidade estrangeira (314 do Brasil). O apoio social é uma atividade marcadamente feminina – as mulheres ocupavam 87% dos postos de trabalho remunerados - com predomínio das idades a partir dos 40 anos.

Há, ainda, a ter em conta as “respostas na região no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, designadamente 3 unidades de convalescença, 5 unidades de média duração e reabilitação, 10 unidades de longa duração e manutenção e 26 equipas domiciliárias, que prestam cuidados a quase 1.000 pessoas em situação de dependência” (Plano de Desenvolvimento Social do Algarve 2020-2024 – Diagnóstico, p. 26).

Estas organizações da economia social apresentam, contudo, algumas fragilidades tais como:

- A taxa de cobertura do Serviço de Apoio Domiciliário na região é de apenas 3,4%.
- Os concelhos com cobertura mais deficitária em 2018 eram São Brás de Alportel (1,1%), Albufeira (1,5%) e Lagos (1,9%), estes últimos com elevada concentração de população urbana e a exigir maior preocupação na oferta de respostas ao domicílio às situações de dependência física e/ou psíquica.
- Desadequação de algumas das respostas e serviços prestados, na área do envelhecimento, face às atuais (e futuras) necessidades das pessoas mais velhas e aos novos perfis do envelhecimento. Essa desadequação pode estar inclusivamente relacionada com a falta de preparação de profissionais para problemas específicos, nomeadamente problemas do foro mental. A multiculturalidade da população pode também constituir um desafio para os profissionais desta área quando não devidamente preparados.
- Na região do Algarve existem 28 equipamentos sociais, serviços e atividades especializadas para pessoas com deficiência. A sua capacidade é diminuta e a sua distribuição geográfica assimétrica. Assim, verificam-se lacunas ao nível da cobertura da população com deficiência por parte de respostas sociais sendo que este é um problema mais grave para as mulheres com deficiência. Por outro lado, há um *deficit* nas respostas de apoio a familiares que cuidam de pessoas com deficiência, sendo as mulheres / mães, uma vez mais, quem com mais frequência se encontram nesta

situação. De assinalar que na lista de espera para Cuidados Continuados Integrados, 39 pedidos referem-se à necessidade de descanso da pessoa cuidadora.

- “Em 21/01/2019, a lista de espera para admissão na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados era de 116 indivíduos, quase metade dos quais (52) a solicitar respostas de longa duração e manutenção” (*Plano de Desenvolvimento Social do Algarve 2020-2024 – Diagnóstico*, p.107).
- Três concelhos apresentam taxas de cobertura de creche inferiores aos 33% estabelecidos como a meta a atingir na sequência de compromissos internacionais. Se considerarmos apenas a Rede Solidária, o número de concelhos naquela situação aumenta para sete.
- Escassez de recursos na área da saúde mental. Considerando apenas as demências, no universo da saúde mental, o Plano Regional da Saúde para as Demências, elaborado em 2019, estima um número de 1 577 pessoas com mais de 60 anos, residentes no Algarve, com problemas demenciais. Esta “estimativa baseia-se no padrão de prevalência das doenças demenciais nas sociedades ocidentais que aponta para uma percentagem de 6% a 7% entre a população com mais de 60 anos” (*Plano de Desenvolvimento Social do Algarve 2020-2024 – Diagnóstico*, p. 190). É de notar que o envelhecimento demográfico tende a aumentar a expressão deste problema. Em contrapartida, existem na região, e para além de projetos piloto no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, 4 Fóruns Socio-ocupacionais (Faro e Loulé) e 2 Unidades de Vida Apoiada (Loulé e Albufeira) que têm capacidade para 122 e 40 utentes, respetivamente.

Finalmente, cabe mencionar a generalizada falta de (in)formação em matéria de direitos das crianças e a ausência de políticas internas de proteção das crianças e jovens por parte das entidades cujos serviços se lhes dirigem.

## 4. RISCOS SOCIAIS E AMBIENTAIS

---

A atual crise gerada por uma situação de saúde pública veio tornar claro como os problemas, tradicionalmente considerados de áreas distintas, se relacionam entre si. Veio, ainda, revelar como as sociedades atuais se podem definir, cada vez mais, como sociedades de risco.

Os indicadores mais relevantes da incerteza que se abateu sobre a economia da região devido à situação de saúde pública são certamente os fornecidos pelo Instituto da Segurança Social, I.P. / Centro Distrital de Segurança Social de Faro que dão conta, no final do ano de 2020, de:

- 6 960 estabelecimentos com pedidos de *layoff* que abrangem 40 886 pessoas beneficiárias. Os concelhos com maior número são Loulé, Albufeira e Faro.
- 25 578 pedidos de apoio à paragem da atividade económica dos quais 10 053 correspondem a trabalhadores independentes.
- 27 693 pedidos de apoio à redução da atividade económica dos quais 12 277 correspondem a trabalhadores independentes.

Com a crise pandémica o desemprego e a insegurança atingem novos setores da população e constituem-se, ainda mais, como elementos de *stress* e fatores que conduzem a outras perturbações de saúde nomeadamente depressão e ansiedade.

Em 2018, no Algarve, cerca de 53.000 consultas prenderam-se com este tipo de situações. “Em Portugal as perturbações mentais comuns são uma das principais causas de incapacidade para a atividade produtiva, expressa, por exemplo, pelo elevado número de baixas e de reformas para a atividade profissional. Simultaneamente somos, há anos, o maior consumidor europeu de benzodiazepinas (os tranquilizantes mais frequentes ou ansiolíticos), com valores também relevantes nos antidepressivos e nas bebidas alcoólicas” (*Plano de Desenvolvimento Social do Algarve 2020-2024 – Diagnóstico*, p. 188) e o suicídio é a principal causa de morte por doença mental. “Em 2017, em Portugal registaram-se 1 048 óbitos por suicídio, dos quais 81 no Algarve. A região apresenta a percentagem mais elevada de suicídios em termos nacionais com 1,5% (acima do Alentejo com 1,4%) sendo a região onde o fenómeno social do suicídio assumiu maior expressividade ao longo dos anos.

O suicídio é eminentemente masculino, com acentuação desta especificidade no contexto do Algarve (77%)” (*Plano de Desenvolvimento Social do Algarve 2020-2024 – Diagnóstico:188*).

Retomando o que foi referido na secção anterior, e considerando os problemas demenciais associados ao envelhecimento da população, verifica-se uma clara falta de respostas.

A saúde mental infantil é também uma área de preocupação já que não existem profissionais especializados nesta área nas instituições de acolhimento residencial para crianças e pela grande necessidade de psicólogos e de pedopsiquiatras no Sistema Nacional de Saúde.

Aliás, mais do que nunca, as crianças devem ser consideradas como grupos particularmente vulneráveis aos riscos sociais. No atual contexto, as crianças são também vítimas do aumento do desemprego e da consequente precariedade económica das suas famílias e podem também estar sujeitas a condições menos favoráveis para o acesso ao sucesso educativo. O atual contexto é ainda propício ao risco de minimização da importância da verificação dos direitos da criança.

Tomando a infância, e organizando os riscos que mais atingem as crianças em função das áreas em torno das quais se organizam os direitos tal como estabelecidos pela Convenção sobre os Direitos da Criança (Sobrevivência; Desenvolvimento; Proteção e Participação) podemos salientar:

- Direito à sobrevivência. O Algarve é a região que apresenta a mais elevada taxa de privação material severa e o maior risco de pobreza após as transferências sociais (18,6%). Por outro lado, sabe-se que o risco de pobreza atinge particularmente famílias monoparentais e famílias com 3 ou mais crianças, o que faz das crianças residentes na região um grupo particularmente vulnerável à pobreza.

Ainda nesta dimensão da sobrevivência, podemos considerar a vulnerabilidade ao nível dos cuidados de saúde que decorre do facto de 7.482 utentes, com idades entre os 0 e os 14 anos, não terem médico de família, dos quais 2.279 são crianças com menos de 5 anos.

Também, e tal como anteriormente se referiu, a saúde mental infantil é uma preocupação maior.

“Em 2018 foram efetuadas 607 referenciações para os Grupos de Apoio à Saúde Mental Infantil (GASMI). Foram acompanhadas na região 1 277 crianças e respetivas famílias (...), onde estão incluídas as novas referenciações e os casos clínicos que transitaram de anos anteriores (950). O maior número de casos foi acompanhado pelas equipas de Portimão (268), Loulé (166), Olhão (141), Albufeira (141) e Faro (139). A maioria das crianças referenciadas e das crianças acompanhadas continua a ser do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos de idade e a frequentar o 1º ciclo de escolaridade. De salientar que Portimão revela percentagens muito elevadas de crianças referenciadas e de crianças acompanhadas sem médico de família (81% e 75%, respetivamente). De notar também que 22,2% das crianças acompanhadas têm mais de 13 anos de idade, mantendo-se em acompanhamento no GASMI pela ausência de serviços especializados e reduzida resposta do serviço de pedopsiquiatria do Centro Hospitalar Universitário do Algarve” (*Plano de Desenvolvimento Social do Algarve 2020-2024 – Diagnóstico*, p. 152).

Esta carência de um serviço especializado no Serviço Nacional de Saúde faz com que muitas crianças sejam transferidas para o Hospital Dª Estefânia, em Lisboa, com todos os constrangimentos que tal acarreta para as próprias e suas famílias (deslocação, alojamento...)

- Direito ao desenvolvimento. Já foram anteriormente referidas as elevadas taxas de insucesso e de abandono escolar o que, por si só, é um indicador de dificuldades de acesso do direito à educação; é, por outro lado, um fator que concorre para uma menor estimulação do desenvolvimento das crianças e jovens. A pandemia e o recurso ao ‘estudo em casa’ pode ter acentuado, por via das desigualdades no acesso a bens (como é o caso dos computadores e da internet) e recursos (*know-how* para a utilização das plataformas), as desigualdades das condições de aprendizagem e, conseqüentemente, no progresso educativo.

Ainda nesta área enquadra-se o direito à não discriminação. Ora, o ambiente dos equipamentos escolares do Algarve são de grande multiculturalidade - no ensino básico e secundário, regista-se 5 693 alunos estrangeiros, o que corresponde a 12,5% do total no país. Ou seja, 10,5% dos alunos do básico e secundário do Algarve são de origem estrangeira. Este facto, na ausência de dinâmicas de aprendizagem intercultural, pode criar condições para a expressão de preconceitos e discriminação.

Particularmente sujeitas a este processo serão, não só as crianças de origem estrangeira, mas também as crianças de etnia cigana.

- Direito à proteção. Na ausência de prevenção e proteção surge o perigo. As situações de perigo podem ser quantificadas através do número de situações reportadas às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJs) da região. Em 2020, o número de situações de perigo comunicadas às comissões foi de 2 249, com uma média mensal de processos ativos de 1 983. Estes números fazem da Região Algarve aquela que apresenta a maior taxa de incidência de crianças com comunicação às CPCJ (4,71%) e a maior taxa de incidência de crianças acompanhadas.<sup>18</sup> (2,1%). No país, no mesmo ano, as taxas foram respetivamente de 3,5% e 1,8%. Negligências várias por parte das famílias constituem o principal motivo de sinalização e acompanhamento. Ainda que pouco expressivas quantitativamente foi mencionado nas sessões de debate para o diagnóstico a emergência de casos de mutilação genital feminina. Esta será uma realidade tendencialmente silenciosa e oculta mas particularmente gravosa para a saúde e desenvolvimento das meninas por ela afetadas.<sup>19</sup>

Mas não é só no ambiente familiar que as crianças são vítimas de maus-tratos. Os dados disponíveis revelam que: i) as próprias crianças e jovens podem ser vítimas dos seus pares – tem-se verificado um aumento do número de queixas de violência no namoro (118 vítimas com menos de 18 anos em 2018) ii) há determinadas práticas, por vezes associadas a “ritos de passagem” para a idade adulta, que significam um risco para a saúde dos jovens. Este é o caso do consumo de substâncias psicoativas. Considerando os últimos 12 meses, no Algarve, a taxa de prevalência de consumo de tais substâncias, entre o grupo dos 15 aos 34 anos, é superior, em comparação com o país.

De notar, ainda, o aumento de casos de automutilação e de problemas psicológicos sinalizados às CPCJs.

<sup>18</sup> CNPDPCJ (2020) Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2020, Lisboa, CNPDPCJ, pp 63-63. Disponível em:

<file:///C:/Users/ana%20cardoso/Downloads/Relat%C3%B3rio%20Anual%20da%20Atividade%20das%20CPCJ%20do%20ano%202020.pdf>.

<sup>19</sup> Informação estatística sobre a evolução deste fenómeno na Região do Algarve foi solicitada à Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. A resposta dada por este organismo foi a de que no RSE -Registo de Saúde Eletrónico na Região do Algarve não existe qualquer registo de casos de mutilação genital feminina, no período solicitado, isto é o entre abril de 2014 e 31 de dezembro de 2019. A ausência de registos não significará, porém, a inexistência de situações ficando equacionada a necessidade de uma monitorização atenta do fenómeno.

Por outro lado, no contexto da atual pandemia da COVID-19, e na sequência do confinamento imposto pela mesma, os comportamentos aditivos associados ao uso da internet e vídeo jogos terão tido tendência para aumentar. Um questionário *online* levado a cabo pelo Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD)<sup>20</sup> revela precisamente que o confinamento e o isolamento social conduziram a um aumento do tempo passado em frente a ecrãs.

– Direito à Participação. Embora não existam dados disponíveis, recomendações do Comité para os Direitos da Criança apontam para a necessidade de uma formação contínua de profissionais em matéria de direitos da crianças e para a informação das próprias crianças sobre a sua condição de cidadania. O exercício da cidadania não pode ser feito sem informação e sem condições para a autonomia e empoderamento sendo esta uma das maiores dificuldades dos jovens que saem de instituições de acolhimento e que enfrentam dificuldades acrescidas ao nível da habitação, do prosseguimento dos estudos e da inserção profissional. Note-se que para 16 casas de acolhimento com capacidade para acolherem 651 crianças existem apenas 8 lugares em apartamentos de autonomia.

Outro grupo onde vários riscos se cruzam é a população em situação de sem abrigo. “Através de inquérito elaborado pelo Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da ENIPSSA 2017-2023, apurou-se que nos primeiros meses de 2018 existiam no Continente 3 396 pessoas sem teto ou sem casa, das quais 231 na região do Algarve. Entre os 20 principais concelhos com população sem-abrigo, Portimão (57 indivíduos), Albufeira (54), Lagos (40) e Loulé (37) ocupavam respetivamente o 3.º, 4.º, 7.º e 9.º lugar nacional no que respeita a pessoas sem teto, enquanto o concelho de Faro (14 indivíduos) ocupava o 18.º lugar nacional no número de pessoas sem casa (a viver em centros de alojamento temporário, alojamentos específicos ou pensões/quartos pagos pela Segurança Social). De salientar que este inquérito identificou cerca de 11 mil pessoas em situação de risco habitacional, das quais 646 na região do Algarve, maioritariamente em habitação não convencional (caravana, etc.) como alternativa a falta de habitação” (*Plano de Desenvolvimento Social do Algarve 2020-2024 – Diagnóstico*, p. 192).

---

<sup>20</sup> SICAD, Comportamentos Aditivos em Tempos de COVID-19. Disponível em: [http://www.sicad.pt/pt/Paginas/detalhe.aspx?itemId=426&lista=SICAD\\_NOVIDADES&bkUrl=/BK](http://www.sicad.pt/pt/Paginas/detalhe.aspx?itemId=426&lista=SICAD_NOVIDADES&bkUrl=/BK).

Note-se que, fruto da atual crise decorrente da pandemia, é possível que o número de pessoas em situação de sem abrigo venha a aumentar. Talvez por isso esteja também a aumentar o interesse dos municípios pela implementação local da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação Sem Abrigo (ENIPSSA 2017-2023), havendo já sete Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo (NPISA) em funcionamento no Algarve (Albufeira, Faro, Lagos, Loulé, Portimão, Tavira, Vila Real de Sto. António).<sup>21</sup>

Finalmente cabe referir que, considerando a sua localização geográfica, clima, tipo de coberto vegetal, ordenamento do território e povoamento, o Algarve está também sujeito a um outro conjunto de riscos com impacto na vida, segurança e bem-estar das populações.

Por um lado, a sua posição face a estruturas tectónicas submersas faz do Algarve uma região com propensão à atividade sísmica, sobretudo na zona mais litoral. Por outro lado, as alterações do clima têm agravado potencialmente um conjunto de vulnerabilidades climáticas. Tal como se refere no Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Algarve (PIAAC-AMAL)<sup>22</sup> com a subida de temperatura que se projeta venha afetar cada vez mais o sul da Europa, prevê-se um aumento da taxa bruta de mortalidade por causas não acidentais. No Algarve, Alcoutim surge como um concelho particularmente vulnerável a este fenómeno já que nele se regista a contagem mais elevada de dias com temperaturas máximas acima dos 30°. Não esquecer que este é igualmente o concelho com menor poder de compra e com uma maior percentagem de pessoas com 65 ou mais anos.

O aumento da temperatura tem também como consequência o aumento dos níveis de poluição atmosférica com custos para a saúde da população, sobretudo no domínio das doenças respiratórias a que acresce uma maior probabilidade de transmissão de doenças parasitárias e infecciosas devido a maior presença e atividade dos vetores seus causadores.

Para além das questões de saúde, o aumento da temperatura média é determinante para o conforto térmico das habitações. Ainda de acordo com o PIAAC-AMAL, Monchique e Castro Marim são os concelhos que apresentam uma maior vulnerabilidade no edificado urbano e rural decorrente da exposição ao calor, sendo que a adaptação dos espaços interiores (habitacionais ou outros) depende fortemente da capacidade económica das populações.

<sup>21</sup> Disponível em: [NPISA - Enipssa](#).

<sup>22</sup> Disponível em: <https://amal.pt/comunicacao/publicacoes>.

Eventos extremos de calor têm também implicações diretas na produtividade agrícola, nomeadamente ao limitar o crescimento das plantas e favorecer a ocorrência de pragas. Estes são aspetos que certamente concorrerão para uma aceleração da desertificação populacional das zonas rurais e para uma compressão da importância da agricultura no território. A par das alterações climáticas esta ‘erosão’ da agricultura origina uma maior frequência dos incêndios florestais que, por sua vez, como que num ciclo vicioso, agravam os fenómenos da desertificação atrás referidos, para além de colocarem em causa a segurança de pessoas e património.

As alterações climáticas modificam, ainda, os regimes de precipitação. Uma das projeções apresentadas no PIAAC-AMAL diz respeito ao aumento da frequência e intensidade de eventos de precipitação extrema que, a par da subida das águas do mar provocada pelo aumento da temperatura, aumentam a probabilidade de cheias e inundações afetando, particularmente, a zona costeira. Uma vez mais, estes são fenómenos com grandes repercussões na vida e segurança das pessoas e com impactos na economia local (comércio, restauração, turismo, etc.) e na qualidade e manutenção de alguns equipamentos públicos.

Neste contexto, parece ser determinante o aumento do conhecimento das populações sobre estes fenómenos, suas consequências e eventuais estratégias de minimização de danos.

## 5. CIDADANIA E IGUALDADE

---

A abordagem à “Igualdade e não Discriminação” tem subjacente o documento orientador ENIND – Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação – Portugal + Igual, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros 61/2018. Neste documento pode ler-se que “O XXI Governo Constitucional reconhece a igualdade e a não discriminação como condição para a construção de um futuro sustentável para Portugal, enquanto país que realiza efetivamente os direitos humanos e que assegura plenamente a participação de todas e de todos. Neste âmbito, tem priorizado a intervenção ao nível do mercado de trabalho e de educação, da prevenção e combate à violência doméstica e de género e do combate à discriminação em razão do sexo, da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais, orientado pelos princípios constitucionais da igualdade e da não discriminação e da promoção da igualdade entre mulheres e homens como uma das tarefas fundamentais do Estado [artigos 13º e 9º, alínea h), respetivamente, da Constituição da República Portuguesa].”<sup>23</sup>

Refere, ainda, a Resolução do Conselho de Ministros que a “eliminação de estereótipos é assumida como preocupação central da ENIND, orientando as medidas inscritas nos três Planos de Ação que dela decorrem. Os estereótipos de género estão na origem das discriminações em razão do sexo diretas ou indiretas que impedem a igualdade substantiva entre mulheres e homens, reforçando e perpetuando modelos de discriminação históricos e estruturais. Reflexo da natureza multidimensional da desvantagem, os estereótipos estão na base de outros fatores de discriminação, como a origem racial e étnica, a nacionalidade, a idade, a deficiência e a religião.”

No contexto do diagnóstico social do Algarve foi identificada a persistência de assimetrias de género em vários domínios da vida que se manifestam em:

- Taxas de retenção e desistência mais elevadas entre os rapazes em todos os ciclos de estudo do ensino básico.
- Maiores dificuldades das meninas ciganas no acesso à educação.

---

<sup>23</sup> Os três planos que constituem a ENIND são: Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens; Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica; Plano de Ação para o Combate à Discriminação em Razão da Orientação Sexual e Identidade e Expressão de Género e Características Sexuais.

- Menos oportunidades / condições para a criação de emprego por parte das mulheres.
- Existência de setores da economia altamente feminizados e outros com percentagens baixas de participação feminina.
- Maior presença de homens entre a população sem abrigo e entre a que é abrangida pelo Programa de Emergência Alimentar.
- Lacunas ao nível da cobertura da população com deficiência por parte de respostas sociais. Este é um problema mais grave para as mulheres.
- Os consumos de substâncias psicoativas são mais expressivos nos rapazes.
- Maior esperança de vida das mulheres mas mais anos de vida com menor qualidade.
- As mulheres estão em maioria entre as pessoas ofendidas identificada em crimes registados pelas autoridades policiais, facto particularmente visível no crime de violência doméstica.
- Maior fragilidade financeira por parte das mulheres e dificuldades de autonomia, nomeadamente em situações de violência doméstica.

Verifica-se também a existência de situações de discriminação em função da orientação sexual e de atos de violência dirigidos a pessoas LGBTI.

Em alinhamento com a ENIND assume-se que a promoção da igualdade de género é uma condição para a promoção dos direitos humanos e, como tal, para a construção de uma sociedade com a participação de todas e de todos.

Falar de participação é falar de um processo de transformação de pessoas, grupos e da sociedade em geral que se pretende mais inclusiva.

Assegurar e incentivar a participação dos cidadãos na resolução de problemas nacionais surge na Constituição da República Portuguesa (artigo 9º),<sup>24</sup> como uma tarefa fundamental do Estado. Também a Constituição refere, no seu artigo 72º 2) que a “política de terceira idade engloba medidas de carácter económico, social e cultural tendentes a proporcionar às pessoas idosas oportunidades de realização pessoal, através de uma participação ativa na vida da comunidade”.

---

<sup>24</sup> Disponível em:

<https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>.

Considerando documentos internacionais de referência, a participação é enunciada no documento “Princípios das Nações Unidas para as Pessoas Idosas”<sup>25</sup> onde se escreve que os “idosos devem permanecer integrados na sociedade, participar ativamente na formulação de políticas que afetem diretamente o seu bem-estar e partilhar os seus conhecimentos e aptidões com as gerações mais jovens”. Por outro lado, a Organização Mundial de Saúde associa a participação contínua na vida social, económica, cultural, espiritual e cívica a um processo de envelhecimento ativo. A participação é, ainda, um princípio identificado na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (adotada em Portugal a 13 de dezembro de 2006 pela resolução A/RES/61/106)<sup>26</sup>, bem como na Convenção sobre os Direitos da Criança<sup>27</sup> (ratificada pelo Decreto do Presidente da República nº49/90 de 12/1990).

Em qualquer situação, a participação é uma estratégia para a auscultação, promoção da informação e da capacitação de pessoas e grupos. Através da participação concorre-se para a melhoria dos serviços prestados, aumentam-se sentimentos de pertença e combatem-se estereótipos e discriminações. Por vezes ignorada importa mencionar, aqui, a discriminação em função da idade. Num estudo de Sibila Marques escreve-se que o idadismo é um problema grave na sociedade portuguesa. Tomando como base o *European Social Survey* de 2009 os resultados revelam que a “discriminação em relação à idade é a principal forma de discriminação sentida pelos portugueses (17%) atingindo valores superiores à discriminação em relação aos sexo (13%) ou à etnia (11%). Para mais, em Portugal esta forma de discriminação parece atingir sobretudo as pessoas mais velhas: 20,8% dos indivíduos entre os 65 e os 79 anos e 31,6% dos indivíduos com mais de 80 anos já se sentiram discriminados por causa da idade” (Marques, sd, *Discriminação da 3ª Idade*, Lisboa, FFMS, p. 9).<sup>28</sup> As formas de discriminação podem ir desde o insulto, à negação de resposta por parte de um serviço até às formas mais subtis de tratamentos paternalistas ou de super proteção.

<sup>25</sup> Disponível em: <http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/princ-pessoasidosas.pdf>.

<sup>26</sup> Disponível em: <http://www.ministeriopublico.pt/instrumento/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>.

<sup>27</sup> Disponível em: [http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/convencao\\_sobre\\_direit\\_os\\_da\\_crianca.pdf](http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/convencao_sobre_direit_os_da_crianca.pdf).

<sup>28</sup> Disponível em: <https://www.ffms.pt/FileDownload/bcd5b46f-7e1e-4263-ae4c-0b1d06c61bf8/discriminacao-da-terceira-idade>.

Refere-se ainda, no estudo citado, a tendência para se perceber as pessoas de uma determinada idade como um todo homogéneo caracterizado, sobretudo, pelos traços negativos da doença e incapacidade. Promover a participação ativa das pessoas mais velhas é, pois, contrariar estas tendências.

## Ficha técnica

---

**Título:** Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Algarve 2022-2027 - Síntese do Diagnóstico

**Entidades promotoras:** Comunidade Intermunicipal do Algarve / Instituto da Segurança Social, I.P. / Centro Distrital de Segurança Social de Faro

### Equipas:

CESIS: Ana Cardoso

Instituto da Segurança Social, I.P. / Centro Distrital de Segurança Social de Faro: Patrícia Neto Martins (coordenação), Margarida Flores, Ana Celina Dias, Cristina Afonso, Carmen Raposo, Teresa Custódio, Susana Morgado

Comunidade Intermunicipal do Algarve: Joaquim Brandão Pires, Teresa Rocha

Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. / Delegação Algarve: Madalena Feu, António Travassos, Patrícia Guerreiro

Direção-geral dos Estabelecimentos Escolares / Direção de Serviços da Região Algarve: Alexandre Lima, Carla Fernandes e Ana Paula Machado

Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P.: Cláudia Maia, Fernanda Faleiro, Francisco Sousa, Joaquim Ramalho, Nélia Guerreiro

**Data:** Setembro 2020. Revisto em outubro 2021. Nova revisão em fevereiro 2022.